

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação</i>	XIII
1. O Fundo de Comércio do Profissional Liberal na Meação Conjugal	1
1.1. Fundo de comércio	1
1.2. O aviamento	3
1.3. A clientela	6
1.4. A avaliação do aviamento (<i>goodwill</i>)	7
1.5. A clientela dos profissionais liberais	9
1.6. O aviamento da clientela dos profissionais liberais	10
2. Pactos Patrimoniais	13
2.1. O pacto antenupcial	13
2.2. Alteração do regime de bens	18
2.3. Temor de fraude na mudança do regime de bens	20
2.4. A autonomia de vontade nos contratos patrimoniais	22
2.4.1. As cláusulas proibidas	23
2.4.2. As cláusulas permitidas	24
2.5. Contrato de namoro	27
3. O Processo Civil e a Tutela dos Vulneráveis no Direito de Família	31
3.1. Minorias	31
3.2. Grupos vulneráveis	33
3.3. Isonomia constitucional	35
3.4. Crianças vulneráveis	38
3.5. Idosos vulneráveis	39
3.6. Mulheres vulneráveis	40
3.7. A tutela judicial dos vulneráveis	41

3.8. A tutela alimentar dos idosos	42
3.9. A tutela alimentar das mulheres	44
3.10. A pensão compensatória	45
3.11. A responsabilidade do Estado pelos alimentos dos menores vulneráveis . . .	47
4. Da Posse em Nome do Nascituro	51
4.1. Embrião	51
4.2. O nascituro	52
4.3. Personalidade jurídica	56
4.4. Reprodução humana assistida	59
4.5. Representação e garantias daquele que está por nascer	60
4.6. Posse em nome do nascituro	62
4.7. Processamento do pedido	66
4.8. A perícia médica	66
4.9. Natureza da sentença	67
4.10. Curatela do nascituro	69
5. Das Relações de Parentesco	71
5.1. As relações familiares e o parentesco	71
5.2. Direito romano	73
5.3. Desenlaces parentais	74
5.4. Espécies de família e relações atuais	76
5.5. Conceito de relações de parentesco	78
5.6. Parentesco até o quarto grau	82
5.7. Parentesco	84
5.7.1. Contagem de graus	84
5.7.2. Linhas de parentesco	85
5.7.3. Tronco	87
5.7.4. Parentesco por afinidade	87
5.7.5. Árvore genealógica	89
6. Filiação Sucessória	91
6.1. A filiação	91
6.2. A filiação socioafetiva	92
6.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva	93
6.4. Conhecimento da origem e ruptura dos vínculos parentais	99
6.5. Decadência da rejeição	102

6.6. O parto anônimo	105
6.7. A filiação sucessória	107
7. Uniões Paralelas	111
7.1. A entidade familiar	111
7.2. Pressupostos da união estável	113
7.3. Impedimento do casamento para a constituição da união estável	115
7.4. A fidelidade	117
7.5. Relações paralelas	118
7.6. O olhar discordante	125
7.7. Conclusão	127
8. Aplicação de Multas no Direito de Família	133
8.1. A proteção jurídica da família	133
8.2. O processo civil de resultados	135
8.3. A coerção no descumprimento das obrigações	139
8.4. A multa na antecipação de tutela	141
8.5. A multa no cumprimento da obrigação	142
8.6. A multa no Direito de Família	143
8.7. A multa nos alimentos	144
8.8. A multa no direito e dever de visitas	146
8.9. A multa nas obrigações pessoais de Direito de Família	149
8.10. A multa nos direitos patrimoniais do Direito de Família	149
9. Alimentos Processuais	153
9.1. Dos alimentos	153
9.2. Alimentos do ato ilícito	154
9.3. Alimentos com base familiar	156
9.3.1. Dos alimentos liminares	157
9.3.1.1. Os alimentos provisórios	157
9.3.1.2. Os alimentos provisionais	159
9.3.1.3. Alimentos em tutela antecipada	162
9.3.1.3.1. A fungibilidade do § 7º do artigo 273 do Código de Processo Civil	164
9.3.1.3.2. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada	166
9.3.1.3.3. Tempo de duração da tutela antecipada	168
9.3.1.3.4. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar	169

9.4. Nas ações de desquite e de anulação de casamento	170
9.4.1. O despacho inicial	172
9.4.2. Nos demais casos expressos em lei	176
9.5. Finalidade da prestação alimentícia	178
9.6. Competência	179
9.7. Exposição final	180
10. A Execução de Alimentos do Relativamente Incapaz	185
10.1. O poder familiar	185
10.2. A representação dos filhos	187
10.3. A representação pelo Ministério Público nos alimentos	192
10.4. O constrangimento da ação ou da execução alimentar	198
10.5. O abuso do direito	207
11. Da Proteção da Pessoa e dos Filhos	209
11.1. A guarda como decorrência da separação dos pais	209
11.2. A guarda unilateral ou compartilhada	209
11.3. Guarda unilateral	210
11.4. Guarda compartilhada	210
11.5. Guarda unilateral exercida por terceiro	211
11.6. O poder familiar e a guarda compartilhada	211
11.7. Responsabilidade conjunta	212
11.8. Guarda unilateral e melhores condições	213
11.9. Supervisão dos interesses dos filhos	213
11.10. Dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal	214
11.11. Divórcio direto	214
11.12. Mútuo consenso	215
11.13. A guarda dos filhos	215
11.14. Guarda compartilhada por composição dos pais ou por imposição judicial	216
11.15. Decretada em razão da distribuição do tempo	217
11.16. A importância e o significado da guarda compartilhada	217
11.17. Quando não houver consenso	219
11.18. Orientação técnica	220
11.19. Redução de horas de convivência	220
11.20. Medida cautelar de separação de corpos	220
11.21. Ação cautelar de guarda	221
11.22. Motivos graves	221

11.23. Conflitos dos pais	222
11.24. Invalidade do casamento	223
11.25. Disposição obsoleta	224
11.26. Segundas núpcias	224
11.27. Consequências das segundas núpcias.	225
11.28. Tratamento inconveniente	225
11.29. O direito de visitas	225
11.30. Natureza do direito de visita.	226
11.31. A expressão convivência	227
11.32. Fiscalizar sua manutenção e educação.	227
11.33. Filhos maiores incapazes	228
11.34. Alimentos e visitas	228
12. Bibliografia	231